

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo desta **TESE** será disponibilizado somente a partir de 24/05/2023.

Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências Farmacêuticas.

**O sistema alimentar das comunidades rurais do
Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e
combate à desnutrição infantil em Moçambique**

Maitu Abibo Buanango

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição para Exame de Qualificação de Doutorado em Alimentos e Nutrição.

Área de Concentração: Ciências Nutricionais

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Rita Marques de Oliveira.

Coorientador: Pedro Fernando Chimela Chume.

ARARAQUARA

2021

O sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique

Maitu Abibo Buanango

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição para Exame de Qualificação de Doutorado em Alimentos e Nutrição.

Área de Concentração: Ciências Nutricionais

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Rita Marques de Oliveira.

Coorientador: Pedro Fernando Chimela Chume.

ARARAQUARA

2021

-
- B918o** Buanango, Maitu Abibo.
O sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique / Maitu Abibo Buanango. – Araraquara: [S.n.], 2021.
165 f. : il.
- Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Programa de Pós Graduação em Alimentos e Nutrição. Área de Concentração em Ciências Nutricionais.
- Orientadora: Maria Rita Marques de Oliveira.
Coorientador: Pedro Fernando Chimela Chume.
1. Práticas alimentares. 2. Diversidade dietética. 3. Ciclone Idai. 4. Ambientes alimentares. 5. Ações cooperativas. I. Oliveira, Maria Rita Marques de, orient. II. Chume, Pedro Fernando Chimela, coorient. III. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique

AUTOR: MAITU ABIBO BUANANGO

ORIENTADORA: MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA

COORDENADOR: PEDRO FERNANDO CHIMELA CHUME

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em ALIMENTOS E NUTRIÇÃO, área: Ciências Nutricionais pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação / Instituto de Biociências de Botucatu - UNESP

Profa. Dra. JAQUELINE SGARBI SANTOS (Participação Virtual)
Instituto de Desenvolvimento Rural / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Profa. Dra. ROSA WANDA DIEZ GARCIA (Participação Virtual)
Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP

Dra. NINA PAULA FERREIRA LARANJEIRA (Participação Virtual)
Núcleo de Estudos em Agroecologia / Universidade de Brasília (UnB)

Araraquara, 24 de maio de 2021

Dedicatória

Aos meus queridos pais **Abibo Buanango** e **Elisa Biasse Sabão**, por me terem apoiado em todos os momentos da vida e me terem proporcionado alicerces seguros e que me permitiram saber olhar com esperança, alcançar os meus sonhos e aproveitar a cada oportunidade que a vida me oferece.

À minha filha, **Yumnah** (Yumi), meu maior tesouro e minha melhor amiga, que me inspira em tudo quanto faça para o alcance dos meus objectivos. Tenho ciência do sofrimento que terei causado pelo meu afastamento, em momentos importantes e difíceis de sua vida, sei também que mesmo que ainda não tenhas alcançado o entendimento e a dimensão da conquista que busco, irás comemorar comigo, e quando alcançares o entendimento verás que tudo valeu a pena.

Aos meus irmãos, **Sifa**, **Aboobacar**, **Anifo**, **Abiba (Sasha)**, **Yassimin** e **Tassilima** (Tashinha), sabeis que todos vós sóis super-irmãos. O vosso carinho e afeto fizeram com que o desafio que decidi abraçar se tornasse menos cruel.

Aos meus sobrinhos **Káren** e **Málick** (campeão), mesmo distantes, a ingenuidade da vossa comunicação transmitida através de fotos, ligações, abraços, me tornaram mais forte.

Do fundo do meu coração, muito obrigado a todas e todos.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Em primeiro lugar à ALLAH (Deus), o misericordioso, pela vida e por incutir em mim a coragem, determinação para prosseguir rumo à concretização dos meus sonhos e, sobretudo, por me ter proporcionado momentos maravilhosos ao cruzar caminho de pessoas maravilhosas, que agregam valores em mim.

À direcção da Universidade Zambeze pela autorização para o meu afastamento durante o período de formação.

À Faculdade de Ciências Farmacêuticas, em especial à coordenação e à Secção Técnica da Pós-graduação por todo o apoio na minha ambientação e esclarecimentos necessários ao longo da formação.

À minha orientadora, Prof^a Maria Rita Marques de Oliveira, pessoa e profissional incrível que me é difícil de caracterizá-la, sem parecer exagero. Sem dúvida, uma das pessoas mais empáticas que já tive a oportunidade de conhecer em toda a minha vida. Acreditou em mim, apoiou-me, ensinou-me, integrou-me, incentivou-me e educou-me para a vida, tanto ao nível pessoal como profissional e me proporcionou orientação e ferramentas para este e futuros trabalhos.

Ao meu coorientador, Prof. Pedro Fernando Chimela Chume, que desde o primeiro dia que conversamos, soube do meu interesse em continuar com a minha formação, e me incentivou a tornar possível o meu sonho.

À administração do Distrito de Sussundenga, em particular o Secretário Permanente, Dr. David, que tornou possível a realização da pesquisa. À Diretora dos Serviços Distritais de Saúde, Género e Ação Social, Dr^a Elsa, que desde o primeiro

contato se prontificou em colaborar connosco. Aos nutricionistas Vicente e Florência do Centro de Saúde Distrital de Sussundenga e todos os profissionais de saúde deste Centro e o de Munhinga que intermediaram e tornaram possível à realização do estudo.

Aos Serviços distritais de Atividades Económicas, pela colaboração, em especial o extensionista rural, Zacarias Téngua, pelas informações prestadas e indicação das comunidades produtoras, e ao técnico de Piscicultura, Manuel Tondo, pelo acesso aos produtores de peixes e aos tanques piscícolas.

Aos líderes tradicionais, às direções distrital de Educação e Tecnologia, e da Escola Primária de Munhinga que viabilizaram o conhecimento da localização dos domicílios dos alunos. À Sra Elsa Mangué, pelo auxílio na tradução de português para a língua local e vice-versa.

Ao meu grande amigo, **Amalito**, um verdadeiro companheiro de todos os momentos (felizes e tristes), sempre presente. Aos amigos de longa data (souberam demonstrar como uma amizade verdadeira se fortalece nos desafios criados pel distância) e os conquistados durante a trajetória do Doutorado e permanência no Brasil em especial, **Bárbara** (pelo incentivo, apoio e disponibilidade em auxiliar-me nos momentos de dificuldade e ausência de eventos sociais), **à Joyce, Gabriel, Luciane, Adriana, Juan David, Jackelin, João e Carla** que me apoiaram, me acolheram, fizeram-me sentir parte de suas vidas e famílias.

Por fim, agradeço á todas as pessoas de longe ou de perto, que direta ou indirectamente colaboraram, incentivaram e me apoiaram nesta busca que pretendo que seja incessante de conhecimento.

*“ A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.*

*Devemos promover a coragem onde há medo,
promover o acordo onde existe conflito e
inspirar esperança onde há desespero”.*

(Nelson Mandela)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender como o sistema alimentar interfere nas práticas alimentares, ações cooperativas e programas de prevenção e combate à desnutrição infantil nas comunidades rurais de Sussundenga, província de Manica, em Moçambique. O mesmo será desdobrado em forma de artigos, que terão em conta os seguintes objetivos: 1) analisar os efeitos do ciclone Idai na diversidade dietética, nas comunidades do distrito de Sussundenga, em Moçambique, considerando a sua produção, perdas de alimentos, disponibilidade de alimentos, produtos alimentares de difícil aquisição e o consumo alimentar; 2) Analisar o patriarcado e as consequentes desigualdades de gênero na estrutura das organizações associativas rurais e nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar, bem como, suas percepções em relação aos prejuízos do ciclone Idai no seu cotidiano; 3) Descrever o sistema alimentar, buscando compreender suas interações e possíveis influências na segurança alimentar e nutricional, no distrito de Sussundenga, Moçambique; 4) Analisar o trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir de sua dinâmica social, buscando evidenciar os principais atores e sua relação no contexto da implementação de programas e ações visando à prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique. Trata-se de um estudo quali- quantitativo, baseado em entrevistas semi-estruturadas, Escore de Diversidade Dietética e observação participante, que envolveu um total de 208 informantes. Foi utilizado como referencial teórico a abordagem dialética e como referencial metodológico o método hermenêutico-dialético de Minayo. Os resultados apontam que houve perdas de alimentos nos domicílios e nos campos de cultivo, bem como a redução na disponibilidade e consumo de alimentos, resultantes da passagem do ciclone Idai. As relações de gênero interferem na questão de participação das mulheres nas ações cooperativas, e foram considerados como limitantes na produção de alimentos, a invasão de animais silvestres de criação pecuária em locais produtivos, eventos ambientais, incluindo depressão tropical, invasão de insetos e gafanhotos, além de observadas algumas práticas agrícolas precárias, que são agudizadas pelas dificuldades de acesso aos insumos necessários à produção. Os ambientes alimentares encontrados apresentam algumas fragilidades que podem estar influenciando no comportamento alimentar e, também, podem estar comprometendo a segurança alimentar e nutricional, apontada como causa da desnutrição infantil em Moçambique. As políticas públicas não contemplam de forma efetiva os atores do cenário nas ações preventivas. Portanto, além de fatores culturais, há várias outros que podem estar contribuindo para práticas alimentares insustentáveis.

Palavras-chave: Práticas alimentares; diversidade dietética; ciclone Idai; ambientes alimentares; ações cooperativas.

Abstract

The present work aims to understand how the food system interferes with dietary practices, cooperative actions and programs to prevent and combat child malnutrition in rural communities in Sussundenga, province of Manica, in Mozambique. It will be developed in the form of articles, which will take into account the following objectives: 1) to analyze the effects of cyclone Idai on dietary diversity, in the communities of the district of Sussundenga, in Mozambique, considering its production, food losses, availability of food, difficult to buy food products and food consumption; 2) Analyze patriarchy and the consequent gender inequalities in the structure of rural associative organizations and in households vulnerable to food insecurity, as well as their perceptions regarding the damage caused by Cyclone Idai in their daily lives; 3) Describe the food system, seeking to understand its interactions and possible influences on food and nutritional security, in the district of Sussundenga, Mozambique; 4) Analyze networking in the district of Sussundenga, based on its social dynamics, seeking to highlight the main actors and their relationship in the context of implementing programs and actions aimed at preventing and combating child malnutrition in Mozambique. It is a qualitative and quantitative study, based on semi-structured interviews, Dietary Diversity Score and participant observation, which involved a total of 208 informants. The dialectical approach was used as the theoretical framework and Minayo's hermeneutic-dialectical method as the methodological framework. The results indicate that there was a loss of food in the households and in the fields of cultivation, as well as a reduction in the availability and consumption of food, resulting from the passage of cyclone Idai. Gender relations interfere with the issue of women's participation in cooperative actions, and were considered as limiting the production of food, the invasion of wild livestock animals in productive places, environmental events, including tropical depression, invasion of insects and locusts, in addition to observing some precarious agricultural practices, which are aggravated by the difficulties of access to the inputs necessary for production. The food environments found have some weaknesses that may be influencing eating behavior and, also, may be compromising food and nutritional security, identified as a cause of child malnutrition in Mozambique. Public policies do not effectively include actors in the scene in preventive actions. Therefore, in addition to cultural factors, there are several others that may be contributing to unsustainable eating practices.

Keywords: Eating practices; dietary diversity; cyclone Idai; food environments; cooperative actions.

Abreviaturas e Siglas

ACS - Agente Comunitário de Saúde

CHD – Círculo Hermenêutico dialético

CRM - Constituição da República

DUATs - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

DDS – Diversidade Dietética

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EPCM - Escola Primária Completa de Munhinga

FANTA – Assistência Técnica Alimentar e Nutricional (Organização das Nações Unidas)

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GAPI - Gabinete de Apoio a Pequenos Investimentos

ha - hectares

IC –Informantes-chave

IB – Informantes básicos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

inSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

IS – Informantes Secundários

MISAU - Ministério da Saúde (Moçambique)

MC –Mulher da Comunidade

ONG - Organização Não Governamental

OUA - Organização da Unidade Africana

PAE - Programas de Ajustamento Estrutura

PARPA - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta

PEDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário

PIDESC - Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PMT - Praticantes de Medicina Tradicional

PMRD - Plano Multissetorial para a Redução da Desnutrição Crónica

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social

PRN – Programa de Reabilitação Nutricional

PSSB - Programa de Subsídio Social Básico

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

SNS - Sistema Nacional de Saúde (Moçambique).

Lista de tabelas e quadros

Capítulo 1

Quadro 1: Grupos de pessoas que participaram da pesquisa: proveniência, designação e observação, do distrito de Sussundenga, província de Manica, Moçambique, 2019.....44

Quadro 2: Fórmula para a tabulação de Escore de Diversidade Dietética ao nível domiciliar, segundo a Aliança Técnica para Nutrição da Organização das Nações Unidas (2006).....49

Quadro 3: Grupos de alimentos tidos em conta para o cálculo da Diversidade Dietética, de acordo com a Assistência Técnica Alimentar e Nutricional - FANTA (2006).....50

Capítulo 2

Tabela 1: Características sociodemográficas e econômicas de mães de escolares nas comunidades de Munhinga, Sussundenga, Província de Manica, Moçambique, 2019.....56.

Tabela 2: Produção e perdas de alimentos, disponibilidade e acesso após à passagem do ciclone, nas Comunidades de Munhinga, em Moçambique, 2019.....60

Capítulo 3

Quadro 1: Prejuízos causados pelo ciclone nas organizações associativas, Sussundenga, Manica, Moçambique, 2019.....64

Lista de anexos

Anexo 1: Escore de Diversidade Dietética apresentado pela FAO (2011) traduzido.....	151
Anexo 2: Roteiro de entrevista.....	153

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	Erro! Marcador não definido.
Capítulo 1	Erro! Marcador não definido.
1. Introdução Expandida.....	17
1.1. Contextualização do local: limites e divisão administrativa.....	17
1.2. Contexto Histórico e político de Moçambique	20
1.3. Sistema Nacional de Saúde de Moçambique: Perspectiva histórica	23
1.4. Direito à Saúde em Moçambique.....	24
1.5. Políticas nutricionais em Moçambique.....	26
1.6. Políticas agrícolas e questões sobre a terra em Moçambique.....	28
1.7. Sistemas alimentares.....	33
1.8. Ambientes alimentares	37
1.9. Alimentação e cultura	39
2. Percurso Metodológico.....	42
2.1. Escore de Diversidade Dietética (DDS)	49
Capítulo 2	Erro! Marcador não definido.
Efeitos do ciclone Idai na produção, disponibilidade e acesso aos alimentos no distrito de Sussundenga em Moçambique.....	Erro! Marcador não definido.
1. Introdução	Erro! Marcador não definido.
2. Metodologia.....	Erro! Marcador não definido.
3. Resultados e Discussão.....	Erro! Marcador não definido.
4. Conclusão	Erro! Marcador não definido.
5. Referências.....	Erro! Marcador não definido.
Capítulo 3	Erro! Marcador não definido.
Patriarcalismo e percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar e organizações rurais: reflexões a partir de Sussundenga, Manica - Moçambique	Erro! Marcador não definido.
Introdução.....	Erro! Marcador não definido.
A promoção do desenvolvimento local em Moçambique.....	Erro! Marcador não definido.
A questão da pobreza e (in)segurança alimentar	Erro! Marcador não definido.

Patriarcalismo e percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai nos agregados familiares vulneráveis à Insegurança alimentar e nas organizações rurais nas comunidades de Munhinga, Sussundenga.....	Erro! Marcador não definido.
Considerações finais	Erro! Marcador não definido.
Referências	Erro! Marcador não definido.
Capítulo 4.....	Erro! Marcador não definido.
O sistema alimentar e ambientes alimentares na segurança alimentar e nutricional: um olhar para a realidade moçambicana, distrito de Sussundenga.....	
	Erro! Marcador não definido.
1. Introdução	Erro! Marcador não definido.
2. Metodologia.....	Erro! Marcador não definido.
3. Resultados e Discussão.....	Erro! Marcador não definido.
4. Considerações finais	Erro! Marcador não definido.
5. Referências	Erro! Marcador não definido.
Capítulo 5.....	Erro! Marcador não definido.
Programas e ações de prevenção e combate à desnutrição em Moçambique: análise do trabalho em rede, a partir da dinâmica social, em Sussundenga....	
	Erro! Marcador não definido.
1. Introdução	Erro! Marcador não definido.
2. Metodologia.....	Erro! Marcador não definido.
3. Resultados e Discussão.....	Erro! Marcador não definido.
4. Considerações finais	Erro! Marcador não definido.
5. Referências	Erro! Marcador não definido.
Considerações gerais.....	52
Referências bibliográficas	53
Anexos	Erro! Marcador não definido.
Anexo 1.....	Erro! Marcador não definido.
Anexo 2.....	Erro! Marcador não definido.

1. Introdução Expandida

1.1. Contextualização do local: limites e divisão administrativa

A alimentação é uma prática social fundamental para a promoção da saúde humana¹. Constitui um dos principais fatores responsáveis para a prevenção ou o surgimento da desnutrição, que é ainda um desafio significativo para o desenvolvimento em muitos países da África Subsaariana, incluindo Moçambique^{2, 3}.

Moçambique é um país que localiza-se ao Sul do Equador, na costa oriental de África, na região da África Austral, e estende-se entre os paralelos 10°27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30°52' e 40°51' de longitude. O mesmo apresenta condições climáticas do tipo tropical, e se enquadra no fuso horário 2, tendo assim, duas horas de avanço relativamente ao Tempo Médio Universal (TMU), e devido a essa localização, a diferença de duração entre o dia e a noite é mínima, ao longo do ano, por isso as suas condições térmicas são relativamente constantes.

Conforme mostra a figura 1, seus limites, ao norte, a República da Tanzânia, ao sul, a África do Sul, ao este, o Oceano Índico, a oeste, o Zimbabué e a África do Sul, ao noroeste, o Malawi e a Zâmbia, e ao sudoeste, a África do Sul e a Swazilândia⁶. Sua extensão territorial cobre uma superfície total de 799.380 km², da qual 786.380 km² corresponde à terra firme e 1300 km² é ocupada por águas interiores¹. Sua configuração apresenta variação na sua largura, sendo a maior entre a confluência do rio Aruângua com o rio Zambeze, no distrito de Zumbo, à oeste da província de Tete, e a Ponta Janga na península de Mussoril, à este da província de Nampula, com 963 km. A menor largura é de 47,5km, e situa-se ao sul do país entre a fronteira da Swazilândia em Namaacha e o Alto Farol da Catembe, na Baía de Maputo. O comprimento máximo é de 1.800 km, entre a foz do rio Rovuma, ao norte, e o rio Maputo ao sul⁴, conforme se apresenta na figura 1.

Figura 1: Mapa de Moçambique ilustrando os limites e a divisão administrativa (províncias).



Fonte: Pinterest, Geograph map⁵

Sua divisão administrativa estrutura-se em província, distrito, Posto Administrativo, localidade e povoações⁴, e esta forma de organização corresponde as áreas de jurisdição do poder, desde o nível nacional, provincial, distrital, localidades e povoados. Moçambique é um Estado do tipo unitário, em que somente existe um poder Legislativo, um Poder Executivo, um Poder Judiciário, todos centrais, com as respectivas sedes na capital do país, sendo que as outras autoridades no território são por delegações do poder central⁶.

Por sua vez, as províncias agrupam-se, geograficamente em três regiões: norte, que corresponde 36,6% da superfície total, compreendendo as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; região central que possui 41,9% da superfície territorial do

país, agregando as províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala; e a região sul, com apenas 21,4% do total da superfície, contemplando as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo-cidade, sendo esta última, a capital do país⁷.

Neste contexto, o distrito de Sussundenga localiza-se na região central, na província de Manica, que tem como limites ao norte, distritos de Gondola e Manica; ao este, a República do Zimbábwe, ao sul, o distrito de Mossurize, e ao oeste, o distrito de Búzi (província de Sofala), com uma superfície de 7.107km². E, mais de 70% da população desse distrito é campestre, sendo a agricultura familiar a atividade mais praticada⁷.

Figura 2: Mapa ilustrando a localização do distrito de Sussundenga, província de Manica, Moçambique.



Fonte: Pinterest, Geograph map⁴

Mais recentemente, há uma década atrás, Moçambique era referenciado por agências e organizações de desenvolvimento como um exemplo em África, dado o crescimento econômico que vinha assinalando^{8,9,10}. No entanto, esse crescimento econômico não se refletia na saúde das populações, tendo em conta que nesse mesmo período os índices de desnutrição já eram de 43% no país, e essa situação tem-se agravado, sobretudo, devido à ameaças constantes, com destaque para conflitos armados violentos, eventos climáticos, crises econômicas, uma história de socialismo paralisado e, mais recentemente, em 2019, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)^{10,11}.

De modo geral, o governo moçambicano apresenta sinais de bastante preocupação pela situação nutricional das populações do país, leitura possível de ser feita a partir dos planos e programas, nos quais a nutrição consta como uma das prioridades, sobretudo, a preocupação na erradicação da desnutrição infantil¹². Porém, ainda há pouca literatura disponível sobre o assunto, e a existente é, majoritariamente de autoria estrangeira.

1.2. Contexto Histórico e político de Moçambique

A história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses, em finais do século XV, e ao falar dela antes de sua constituição e delimitação territorial, remete sempre à região da África Austral onde o país se insere, na medida em que, já existiam habitantes, os bosquímanos, que sobreviviam na base da caça e coleta. A estes povos se juntaram os Bantu, povos oriundos da floresta densa da região congolesa¹³.

Vale ressaltar que um terço da população negra-africana é Bantu¹⁴, dividida em vários grupos, com características geográficas e traços culturais diferentes, entre os quais os KHOI-KHOI e SANⁱⁱ, também chamados KHOISAN que apresentavam uma organização social e de desenvolvimento que os Bantu já tinham ultrapassado há vários séculos. Estes são tidos como os primeiros habitantes da África Austral, que

ⁱⁱ Nome genérico para o “não-Bantu”. Em Inglês Bushmen

além da caça e recolha de frutos e vegetais selvagens, também dedicavam-se à pesca, com recurso a instrumentos de trabalho bastante rudimentares^{13, 14}.

Dessa forma, os árabes-suahilis chegaram à costa moçambicana antes dos portugueses, isso é, no século VII, onde estabeleceram entrepostos para trocas de produtos, sobretudo, o ouro e o marfim por outros artigos diversos. Os árabes nesse período preocupavam-se essencialmente com a questão comercial, e foi também com esse propósito que Portugal chegou pela primeira vez à Moçambique, embora especula-se que não tenha sido intencionalmente, porque Vasco da Gama se deslocava para Índia na sua embarcação, onde pretendia controlar o escoamento do ouro e marfim, quando deparou-se com a costa moçambicana. Portanto, quando os portugueses chegaram em Moçambique, encontraram já estruturas organizativas constituídas, nomeadamente os Estados de Grande Zimbábue e Mwenemutapa^{14,15}.

Durante todo o século XIX o panorama político económico de Moçambique era dominado pela comercialização e exportação de escravos, sendo exportados dezenas de milhares para ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba¹⁶.

Após quinhentos anos como colónia portuguesa, Moçambique conquistou a independência em 1975. O primeiro governo do país foi dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sob a liderança do Presidente Samora Moisés Machel. Os primeiros anos após a independência foram caracterizados por tendências esquerdas e em direção socialista¹⁷, este governo teve como missão inicial a organização do funcionamento da administração e a garantia da produção e manutenção da economia. Neste contexto, para o efeito, o mesmo adotou inicialmente o modelo de desenvolvimento socialista e capitalista-neoliberal¹⁸, através do qual se possibilitou o controle estatal nas zonas rurais, com base na transformação social, destinada à modernização do meio rural, que culminou com a criação de aldeias comunais com facilidades de acesso a infraestruturas socioeducativas, para o aumento da produtividade por meio de uma agricultura mecanizada. Caberia às machambas (roças) estatais o fornecimento de alimentos às zonas urbanas, antes abastecidas pelos fazendeiros portugueses. Eram os primeiros passos dados em relação ao

socialismo, que passou a ser um projeto de sociedade e de economia, onde a agricultura passou a ser considerada como a base de desenvolvimento do país^{4,19}.

Nessa época, também foram criadas as chamadas lojas do povo, que tinham uma importância especial na garantia da continuidade da produção agrícola familiar, industrial e comercial, bem como na promoção da participação popular no processo produtivo^{20,21}.

Entretanto, a década 80 caracterizou-se por mudanças na história política e econômica de Moçambique, impulsionadas, em parte, devido as fragilidades na economia, fruto do desencadeamento de uma guerra civil em todo o território nacional entre as forças governamentais da FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)¹⁹.

A intensificação do conflito armado, agravada pela seca, subida no preço do petróleo, decorrente da instabilidade, e o déficit nas divisas para importações levaram a economia moçambicana ao colapso^{20,22}. Foi em meio a esse contexto que o governo moçambicano abriu-se ao apoio da comunidade internacional, e viu-se obrigado logo em seguida a ter de abandonar o sistema socialista e a adotar o capitalista, além de sujeitar-se ao alinhamento às políticas das instituições de *Bretton woods*, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Nesta lógica, em 1987, Moçambique introduziu os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) conhecido por Programa de Reabilitação Económica (PRE). Em teoria o PAE tinha como prioridades a estabilização econômica e a substituição do plano de importações e a privilegiar as exportações. E, por não apresentar resultados o PRE sofreu reajuste, passando para Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), com objetivo de incorporar o setor social no plano de desenvolvimento nacional²².

Nos anos 90, marca-se o período de transição de uma economia centralmente planificada para a mista, e consolida-se a transição política, destacando-se a introdução de uma Constituição da República pluralista, e a emergência de um processo de descentralização política e administrativa²⁰. Vale ressaltar que as políticas sociais nesse tempo consistiam na implementação de programas de ajuda alimentar, e

intervenção direta do Estado na saúde e na educação²³. Com essa Constituição da República de Moçambique (CRM), o país também passou de um sistema monopartidário para o multipartidário. Essa Constituição introduziu o voto direto, igual, livre, secreto e periódico para a eleição do presidente da República e dos deputados da Assembleia (Parlamento nacional). Em 1992 foi assinado o Acordo de Paz, que se pensava que fosse marcar ponto final a longa história da guerra civil, foram surgindo novos partidos políticos que culminou a realização das primeiras eleições multipartidárias presidenciais e legislativas em 1994²⁴.

Criadas as condições para pensar-se na questão do desenvolvimento nacional, foi traçado entre 2001 e 2009 o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II) tendo em vista à diminuição da incidência da pobreza que estava situado em 54%, além de priorizar áreas de desenvolvimento do capital humano como na educação, saúde e no desenvolvimento de infraestruturas básicas e agricultura. Presentemente, essa pretensão é manifesta, formalmente, através das Políticas Económica e Social²⁴.

1.3. Sistema Nacional de Saúde de Moçambique: Perspectiva histórica

Poucas pessoas ainda têm acesso aos bens, serviços e estruturas sociais, como o Sistema Nacional de Saúde (SNS), em parte por causa de conflitos armados que se desencadearam após a independência, pois o SNS ficou extremamente fragilizado, e com pouca cobertura populacional tanto ao nível urbano quanto rural^{25,26}.

Traçando uma linha de tempo, numa perspectiva histórica, em torno das mudanças que ocorreram, destacam-se:

Em 1975, o governo moçambicano, através do Decreto-Lei nº 5/75, nacionalizou as clínicas privadas que funcionavam no regime colonial, a seu favor, onde todas as atividades de atenção primária, secundária e terciária passaram à responsabilidade do Estado, tornando-se na altura, o único provedor e promotor da saúde no país²⁷.

Em 1977, com a Lei nº 2/77, foi concebida a gratuidade no SNS, exclusivamente para as ações sanitárias voltadas à profilaxia. Nesta altura, o Ministério da Saúde (MISAU) adotou critérios de pagamentos nos hospitais, pelo atendimento médico e farmacêutico. Mesmo que a taxa de pagamento fosse considerada baixa, o contexto demonstrava-se desfavorável, pois, por falta de recursos para atender a essa nova exigência, o acesso à saúde passou a ser limitante para maioria da população^{28,29}. Vale lembrar que a maioria da população moçambicana ainda vive abaixo da linha da pobreza, sobretudo, no meio rural^{7,26}.

Em 1991, para se conformar com a nova CRM de 1990, através da Lei nº25/91, foi criado o Sistema Nacional de Saúde, no qual se reafirmava o direito à assistência médica e medicamentosa aos cidadãos, e foi alargado o campo de atuação do MISAU, que passou também a dedicar-se à prevenção de doenças e à reabilitação^{28,30}, e ao setor privado foi devolvida a prerrogativa de prover a assistência médica.

A partir dessa altura, o SNS passou a organizar-se em quatro níveis, nomeadamente: primário, fazendo parte os Centros de Saúde; Secundário, constituído por hospitais distritais gerais e rurais; terciário, agregando hospitais provinciais; e quaternário, constituído por hospitais centrais e especializados^{28,31}.

Reconhecendo o défice de cobertura de serviços de saúde, e na perspectiva de suprir essa lacuna, uma década mais tarde, precisamente em 2004, o governo moçambicano oficializou as atividades dos Praticantes de Medicina Tradicional (PMT), criando, para o efeito, uma política e estratégia de implementação^{28,31}. Os PMT cobrem a maioria de moçambicanos, incluindo as pessoas que têm acesso ao SNS²⁸. Porém, apesar do reconhecimento dessa prática, há dificuldades de conexão com o SNS, na medida em que não há sistemas de protocolos com referência e contrareferência que possibilitariam a coordenação de ações de forma mais articulada²⁸.

1.4. Direito à Saúde em Moçambique

Na perspectiva de proteção do direito à saúde, conforme ficou referenciado anteriormente, o acesso aos serviços de saúde e a disponibilização de medicamentos essenciais, não têm sido feitos da forma mais adequada, o que contrasta com o princípio de universalidade do direito à saúde como um direito humano fundamental³². Vale ressaltar que a melhoria da saúde da população depende em muito das condições socioeconômicas dos países, e é cada vez mais reconhecida a importância de os Estados realizarem mudanças nas suas políticas públicas para o alcance desse objetivo²⁴. A saúde que se enquadra no âmbito dos direitos sociais é uma condição importante para o exercício da cidadania, além de ser fundamental indicador e parte inerente do desenvolvimento de qualquer país^{28,33,34}.

À luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), toda a pessoa tem direito a um nível suficiente para assegurar a si e à sua família a saúde e o bem-estar, em especial a alimentação e assistência médica³⁵. Em 1966 no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foram reafirmados e traduzidos os princípios da DUDH em instrumento vinculativo e com um certo grau de exigibilidade³⁶.

Ainda em relação ao quadro jurídico, Moçambique ratificou através do artigo 16 da carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos na Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) que decorreu na Gâmbia, em 1981, uma Convenção que defende que todas as pessoas têm direito à saúde³⁷. Além de que, ao nível da CRM, tanto a de 2004 quanto a de 2018, proclamou-se a saúde como um direito, embora de maneira restritiva, pois ao Estado obriga-se a garantir aos cidadãos, somente os cuidados de saúde primários^{4,38}. Porém, conforme o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de Moçambique de 2011, o último realizado até o presente (maio de 2021), aponta que 48% dos partos não são assistidos nas unidades sanitárias. A preocupação torna-se mais expressiva nas áreas rurais, onde, apenas 40% de partos são assistidos³⁹.

O que se pode constatar é que, apesar dos instrumentos jurídicos ratificados e disponíveis, ainda há enormes desafios para o acesso à saúde, conforme é apresentado no IDS, na medida em que, globalmente 50% da população no país ainda

não se beneficia de assistência pelo SNS, demonstrando que o percurso é ainda longo, sendo por isso que muitos casos de desnutrição infantil são diagnosticados tardiamente³⁹.

Não se pode ignorar a associação entre a pobreza e desnutrição infantil. O relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2019 coloca Moçambique entre os 9 países do mundo com o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando a posição 180, dentre os 189 países avaliados⁴⁰. Em 2015, o país também fazia parte do grupo dos dez mais pobres do mundo, com o 7º pior IDH, ficando inclusive a frente de países que estavam mergulhados em conflito⁴¹, num contexto em que aproximadamente 50% das crianças são desnutridas, e o maior número vive nas áreas rurais³⁹. E, porque o estado nutricional compromete a qualidade de vida das famílias e da população no geral⁴², a adoção de medidas para a sua mitigação revela-se sempre importante.

1.5. Políticas nutricionais em Moçambique

As estratégias contra as doenças crônicas e desnutrição fazem parte da agenda do governo de Moçambique, com destaque para o Plano Multissetorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PMRD), que contempla algumas evidências sobre as intervenções a serem feitas. Mas essa estratégia, a nosso ver, carece de maior sintonia com outros setores e programas governamentais. A exemplo, as políticas agrícolas privilegiam essencialmente o aumento da produção, mas não fazem menção à necessidade de melhoria da diversidade alimentar ou a promoção de dietas saudáveis. Nota-se, também, pouco envolvimento na formulação de tais políticas, pois, ainda que haja participação da sociedade civil, ela não é representativa, destacando-se, por exemplo, a ausência de atores que representem a sensibilidade de agricultores. Embora se reconheça que o número de agricultores organizados em pequenas associações é bastante reduzido. A maior parte opera a título individual. E, das poucas associações existentes operam no setor informal, sem estatuto legal e com pouca

capacidade e estrutura organizacional, o que dificulta não só a sua participação, como também na obtenção de financiamentos e acesso à terra⁴⁵.

Contudo, os orçamentos que o país destina para a nutrição são ainda incipientes, em torno de 0,6%, e a maioria dos programas é financiado por doadores internacionais, essencialmente os que estão voltados ao tratamento e prevenção da desnutrição, por meio da fortificação de alimentos e suplementação. E, como a evidenciar a necessidade de enfrentamento da desnutrição por meio da intersetorialidade, o deficiente acesso à água potável, o saneamento básico, aliados aos baixos rendimentos das famílias têm sido apontados como dos principais contribuintes para a desnutrição crônica no país⁴³.

Em Moçambique criou-se o órgão responsável por fazer a articulação intersetorial para a promoção de um diagnóstico holístico da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), para facilitar a tomada de decisões adequada e atempada que diminuam os riscos e os impactos da desnutrição e da insegurança alimentar. Trata-se do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN). Porém, especula-se que a articulação do SETSAN não tem estado a alcançar na plenitude os objetivos desejados, em parte devido a falta de autonomia, além de dificuldades inerentes à sua implantação, que ainda não se encontra nos distritos, lugar importante para a viabilidade de qualquer ação sobre a alimentação e nutrição⁴³.

É importante também destacar que apesar do papel das mulheres: ativas no trabalho (pecuária e agrícola), responsáveis pela nutrição familiar, abastecimento de lenha e água, paradoxalmente, elas enfrentam restrições acentuadas na realização de suas tarefas, dadas as relações de gênero, culturalmente construídas, que são fortes e comumente vivenciadas nas comunidades rurais. Além de possuírem um acesso e controlo extremamente limitados sobre os recursos e serviços, incluindo questões sobre a terra, insumos agrícolas, crédito, produção de culturas de rendimentos, informação, capacitação, tecnologia e o emprego, agravados pela fraca participação nos órgãos de tomada de decisões tanto as relacionadas aos aspectos produtivos, tanto econômicos, dado o papel social e tradicional que lhes têm sido atribuído⁴³.

É necessário que se impondere as mulheres, até porque os indicadores de Desenvolvimento Humano nas famílias chefiadas por mulheres são bastante baixos em Moçambique. Nesta lógica, torna-se nítida a relação entre as desigualdades de gênero, pobreza e eficiência econômica no país. A exemplo, os níveis de analfabetismo são mais elevados nas mulheres, quase o dobro, comparativamente aos homens. E elas têm sido também mais vulneráveis, aproximadamente três vezes superiores, à contaminação pelo vírus da AIDS⁴³.

Vale também destacar a criação do Programa de Subsídio Básico (PSB), por parte do governo, que pretendia com o mesmo, incrementar os rendimentos das famílias. Porém, essa iniciativa, essencialmente não é ainda abrangente, havendo várias famílias necessitando, sobretudo, nas comunidades rurais mas que não conseguem acessar⁴³.

1.6. Políticas agrícolas e questões sobre a terra em Moçambique

A história de políticas agrícolas remete-nos ao ano 1975, quando foi adotado pela CRM, a agricultura como a base de desenvolvimento⁴⁴. O surgimento da Estratégia da Revolução Verde, em resposta à situação criada pela instabilidade mundial nos preços do petróleo e pela crise econômica mundial, seria um marco importante na transformação de uma agricultura essencialmente de subsistência para a agricultura comercial. Porém, o que se viu foi o incumprimento pleno de tal objetivo, pois, a produção de alimentos básicos continua sendo a principal fonte de subsistência do setor familiar, que está sujeita a grandes variações devido a incerteza do clima e as secas recorrentes, particularmente nas zonas semi-áridas. O risco de perdas de coleta na agricultura de sequeiro é bastante acentuado, sobretudo, na região sul do país. E, em todos os anos registram-se elevadas taxas de insegurança alimentar e nutricional (inSAN) nas populações, num contexto em que o acesso a oportunidades de rendimento fora da agricultura é ainda bastante limitado nas áreas rurais^{42,43}.

Neste contexto, destaque vai para o acordo triangular assinado por Moçambique, no âmbito da cooperação internacional, que envolveu o Brasil e Japão,

que visava desenvolver projetos técnicos capazes de contribuir para o desenvolvimento agrícola naquele país africano, cujo nome do conjunto de tais projetos ficou conhecido como Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), lançado em 2009^{45,46,47}. Trata-se de um programa que compreendeu na sua estrutura a execução de cooperação técnica para o desenvolvimento da agricultura da região norte de Moçambique. O programa tem como base a experiência adquirida com o Programa de Cooperação Brasileira e Japonesa para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecéder), que busca gerar mudanças estruturais no sistema socioeconômico da região conhecida como Corredor de Nacala. Em seu projeto, o ProSavana é descrito como um programa de apoio técnico, cujo objetivo seria o de melhorar a competitividade do setor agrícola da região, tanto para garantir a SAN da população local quanto para a geração de excedentes para a exportação. Para tanto, os agricultores receberiam um pacote contendo sementes geneticamente modificadas, fertilizantes, inoculantes, pesticidas, máquinas e serviços de extensão, em troca de sua produção⁴⁷. Tratava-se, portanto, da implantação de um sistema de produção agrícola intensivo e altamente tecnificado. O norte de Moçambique foi escolhido como o lugar apropriado para receber o modelo agrícola de Cerrado, tendo em conta que em ambas se encontram Savanas Tropicais⁴⁸.

Desde os primeiros movimentos para implementação do programa, a União Nacional dos Camponeses já condenava a vinda dos agricultores brasileiros dedicados ao agronegócio e a possível transformação de grande parte dos camponeses moçambicanos em seus empregados e trabalhadores rurais, além de uma suposta reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações associativas de camponeses, que também condenam com veemência iniciativas que preconizam o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega projectos agrícolas de produção de monocultura. Na mesma direção, o ProSavana demanda milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, porém, a realidade local mostra que há falta de disponibilidade dessas extensões de terra⁴⁸.

Assim sendo, a sociedade civil moçambicana receava que com a implantação do ProSavana pudesse se contribuir para o empobrecimento das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência, gerando um êxodo dessa população para as áreas urbanas. Teme-se igualmente o agravamento da situação de insegurança alimentar e redução da qualidade de vida dos camponeses. As preocupações também se dão em volta das questões ambientais, como a possibilidade de poluição de recursos hídricos, empobrecimento do solo devido ao uso excessivo de pesticidas e fertilizantes químicos, desmatamentos de extensas áreas produtivas, consequente desequilíbrio ecológico e redução do bioma⁴⁸.

É necessário que se potencialize a agricultura familiar, importante nos planos de redução à desnutrição, através de incentivos para a produção de culturas de valor nutritivo e aceitáveis, além de práticas de pós-colheita e processamento que possam contribuir para a qualidade de alimentos para uma dieta adequada, alargando-se as habituais culturas alimentares predominantes, nomeadamente o milho e a mandioca⁵⁰. Enquanto o algodão, cana-de-açúcar e o tabaco, constituem as culturas tradicionais de rendimento (na maior parte dos casos produzidas em regime de monocultura e, para além de requerer muito tempo de trabalho, o seu rendimento depende sobremaneira do tipo de semente utilizada, fertilizantes químicos, pesticidas e insecticidas), cultivadas desde o tempo colonial⁴⁹.

O que reforça essa necessidade de potencializar a agricultura em Moçambique, é o fato de os agricultores produzem alimentos que não são suficientes para alimentarem adequadamente suas famílias por um período de um ano. Em média os alimentos duram em torno de oito meses apenas, afetando, desse modo, a segurança alimentar e nutricional (SAN) das famílias, num contexto em que o Plano Estratégico do Setor da Agricultura destaca a importância do crédito mais acessível aos produtores, faltam ações que concretizem essa vontade⁴³.

Para a materialização da pretensão na produção de alimentos diversificados e nutritivos, a terra desempenha um papel importante. E, neste contexto, em Moçambique, a terra foi nacionalizada a 24 de Julho de 1975, cerca de um mês, após à proclamação da independência do país. Porém, os camponeses não viram

concretizadas as suas expectativas de recuperação das terras ocupadas durante a colonização. As empresas estatais e cooperativas, no âmbito da socialização do meio rural e da coletivização agrária, ocuparam as terras deixadas pelas empresas dos agricultores portugueses que abandonaram o país⁵⁰.

Vale ressaltar que a CRM estabelece que a os recursos naturais presentes no solo e subsolo são propriedade do Estado⁵¹. Por sua vez, a Lei de Terras reforça esse ditame constitucional, ao afirmar que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada⁵¹. Contudo, esse princípio geral parece estar apenas no plano formal e normativo, pois nota-se cada vez mais incumprimento, sobretudo, nas zonas rurais, onde registram-se entradas de investimentos em capital mineiro e agrário, nas zonas urbanas e zonas costeiras, devido aos investimentos turístico e habitacional⁵⁰.

São apontadas várias razões para o incumprimento na aplicação da lei supracitada, entre elas: (i) possível envolvimento das elites políticas e económicas no negócio fundiário e na obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento de Terraⁱⁱⁱ (DUATs), para eventual especulação do mercado imobiliário; (ii) possíveis alianças entre o governo e o capital, em detrimento dos direitos das comunidades, sobretudo, nas áreas concessionadas para a exploração turística e de recursos minerais e energéticos, como o gás e o petróleo, onde existem construções de infraestruturas e de imóveis; (iii) as consultas junto das comunidades são, em muitos casos, pouco efetivas e são feitas com desequilíbrios, desfavorecendo as comunidades, que já são pouco escolarizadas e desprovidas de recursos económicos, impossibilitando-as, assim, de estarem em melhores capacidades negociais; e (iv) falta de conhecimento, devido a pouca transparência a diferentes níveis de gestão pública, dos contratos envolvendo o Estado e as empresas privadas⁵⁰.

Apesar de a lei estabelecer que aos singulares, as comunidade locais têm o DUAT de forma indeterminada, ela refere que o DUAT pode ser revogado por motivos de interesse público, precedido de justa indemnização e ou compensação. Porém,

^{iii iii} Um documento que licencia uma entidade pública ou privada a usar a terra por tempo determinado, podendo ser de até 50 anos renováveis.

verifica-se lacuna nessa nesse dispositivo legal, pois por justa indemnização pode-se ter um entendimento relativo, abrindo-se espaço para que os singulares sejam prejudicados⁵⁰.

Durante o processo de deslocamento de pessoas, nos casos em que há necessidade para o efeito, ou na resolução de conflitos de terras, as auscultações não têm tido a transparência que se esperava, sobretudo, no que tange à prestação de informações para as comunidades, o estabelecimento de compromissos escritos e avaliação económica dos bens situados nas terras. Essa tarefa, geralmente é delegada aos líderes locais. Porém, quando há conflitos, o Estado, tendencialmente se posiciona para o lado das empresas multinacionais, e quando necessário, com o uso da força policial repressiva⁵⁰.

Há percepção segundo a qual em Moçambique existe muita terra disponível, porém, com baixa utilização ou subaproveitada. Embora o Estado seja o proprietário legítimo, existem os donos consuetudinários^{iv}, os camponeses. Por isso, nenhuma ocupação deveria ser realizada, sem no mínimo observar-se uma compensação justa^v. Mas o que se constata é que os reassentamentos feitos, motivados pela ocupação de terras por grandes empresas de explorações mineira, florestal e agrícolas, não têm respeitado os aspectos históricos, sociológicos e antropológicos. Com a mudança, não só de residências, como também de zonas, as comunidades tendem a ser colocadas em locais mais distantes dos mercados, dos serviços básicos e com maiores dificuldades de transporte e comunicações, e por vezes, são implantadas em locais onde os hábitos alimentares e culturais não são consentâneos com o estilo de vida da população envolvida⁴⁹. A esse propósito, em Sussundenga, os reassentamentos eram feitos no Posto Administrativo de Dombe, que dista, aproximadamente 100km de Munhinga, distante dos mercados locais.

Em conformidade com o que foi exposto, constata-se que a gestão pública referente a questão sobre a terra tem feito pouco ainda no sentido de proteger os direitos dos produtores e das famílias, tanto no meio rural, quanto nos centros urbanos,

^{iv} Direito não escrito, fundamentado no uso, no costume ou nas práticas sociais

^v Não existe qualquer base de cálculo que fundamente qual o valor do solo

com maior preocupação para o primeiro caso, o que pode condicionar a estratégia de aumento da produção e produtividade, afetando a disponibilidade de alimentos⁴⁹.

Após a contextualização sociopolítica e a apresentação de políticas públicas estruturantes na agricultura e na saúde, passamos a discorrer em torno dos ambientes alimentares e em seguida, abordamos a cultura e alimentação, enquanto categorias importantes para o nosso estudo.

O trabalho teve como pressuposto que a cultura influencia o sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique.

1.7. Sistemas alimentares

O sistema alimentar compreende um amplo conjunto de elementos, entre os quais ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, incluindo atividades relacionadas à produção, transformação, distribuição, preparação e consumo de alimentos, que geram de forma complexa e sistêmica resultados no estado nutricional e na saúde da população, além de apresentar impactos socioeconômicos e ambientais consideráveis⁵³. Isso pode significar que, os sistemas alimentares abrangem as várias atividades, sujeitos e processos que influenciam na SAN, como também, de maneira mais ampla, nas características ambientais, de desenvolvimento econômico e bem-estar social⁵⁴.

Neste contexto, o sistema alimentar constitui-se num determinante fundamental no âmbito da prevenção e combate de qualquer forma de desnutrição. A abrigo dos ambientes alimentares, o sistema alimentar pode determinar o estado nutricional de indivíduos, dada a sua influência nas dietas saudáveis e na nutrição adequada⁵⁵.

Pode-se dizer que, a situação alimentar e nutricional da população de um determinado país pode ser caracterizada, de modo geral, pela sua condição de saúde, resultante do consumo insuficiente e ou inadequado de alimentos que gera diferentes carências nutricionais. Este quadro, por sua vez, pode ser revelador de disfunções no

sistema alimentar que oferta, dependendo da situação, alimentos em quantidade insuficiente e ou qualidade inadequada. A condição de acesso das populações é também determinante. O sistema pode oferecer, mas as famílias não terem como adquirir. No caso a renda é determinante.

Para o seu funcionamento, os sistemas alimentares dependem da ação humana, desde o cultivo, armazenamento, transporte até a distribuição, e dos recursos fenômenos naturais, como a água, terra, solo, biodiversidade, minerais e nutrientes essenciais para as culturas e os animais⁵⁶.

Deste modo, os sistemas alimentares podem ser de nível global ou local, e até mesmo de uma perspectiva familiar. Neste sentido, vários sistemas alimentares coexistem simultaneamente em qualquer país. Por isso, é importante falar de tipologias de sistemas alimentares, podendo-se destacar: rural, emergente, em transição, misto e industrializado. Nesse contexto, a transição do sistema rural para industrializado pode influenciar nas questões relacionadas à urbanização, aumento da produtividade agrícola e diversidade alimentar. Essa transição pode impactar na redução da dependência de alimentos básicos e, conseqüentemente na diminuição de despesas nos agregados familiares no acesso aos alimentos⁵⁷.

É importante notar que, quando fala-se em sistemas alimentares tradicionais, uma das suas características relaciona-se ao fato de as pessoas viverem em áreas rurais. Nesse contexto, a diversidade alimentar é baixa, em parte porque as pessoas dependem fortemente de alimentos cultivados localmente, como também, dos que provêm da pesca, pecuária, caça ou recolha. Essas pessoas deparam com problemas ligados às infraestruturas para acessar aos mercados distantes, pois geralmente os mercados mais próximos são pequenos quiosques ou “bancas”, onde são encontrados, sobretudo, alimentos básicos como óleo de cozinha e açúcar, alimentos embalados e de conveniência, como macarrão e salgadinhos. Nesses ambientes, a qualidade e segurança dos alimentos geralmente não são fiscalizados, além disso, registra-se fraca promoção de alimentos, particularmente os saudáveis. Sua dieta normalmente consiste nos cereais como o milho, arroz e trigo, desprovida de qualidades adequadas de proteínas e micronutrientes. Nesse contexto, as taxas de retardo no crescimento,

incluindo a incidência de deficiências de micronutrientes acabam sse elevando. Sabe-se que, o estado nutricional afeta o sistema imunológico das pessoas, tornando-as mais suscetíveis a doenças infecciosas, como a diarreia e doenças respiratórias^{56,57}.

A fraca diversidade e disponibilidade de alimentos no local denotam uma contradição, já que o distrito é tido como dos mais produtivos do ponto de vista da agricultura, pelo que esperava-se que as pessoas tivessem alimentação mais farta e diversificada. Essa situação eventualmente remete a abordagem agroecológica, na medida em que privilegia a autonomia, ao valorizar os produtos locais, e promove o diálogo e a troca de saberes por meio do reconhecimento dos métodos tradicionais de manejo produtivo⁵⁸. Ou seja, a agroecologia segue uma agricultura com princípios de manejo de recursos naturais e a seleção e o uso de tecnologias de produção resultante da combinação e integração entre a Ecologia e a Agronomia. Isso significa que, os estilos de agricultura têm que ser compatíveis com as especificidades dos agroecossistemas, considerando os sujeitos, os conhecimentos locais e a utilização de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde⁵⁹, contribuindo de forma sustentável para a melhoria da SAN e adoção de sistemas agro-alimentares sustentáveis⁶⁰.

Por sua vez, nos sistemas alimentares mistos, existe uma proporção muito grande de pessoas que vivem em área periurbanas e urbanas, onde há maiores rendimentos, quando comparados com os sistemas alimentares tradicionais, onde o ambiente alimentar oferece maiores possibilidades de “pontos de entrada de alimentos”. Vale lembrar que nos sistemas alimentares mistos, as pessoas além do acesso aos mercados, elas têm acesso aos supermercados, que contêm uma grande variedade de alimentos processados, embalados e frescos, o ano todo. O acesso aos produtos frescos, sobretudo, em áreas de baixa renda, pode ser limitado e os produtos são, em geral, mais caros que os alimentos comercializados nos sistemas tradicionais. As pessoas também têm mais acesso a refeições preparadas fora de casa, evidenciando-se assim um aumento significativo de consumo de alimentos de rua⁵⁶.

Já nos sistemas alimentares modernos, maior parte das pessoas vive em áreas urbanas, com maiores rendimentos e um número considerável de escolhas

alimentares. Os consumidores, geralmente vivem longe de onde seus alimentos são produzidos. Nestes sistemas, existe uma grande variedade de opções de alimentos acessíveis aos consumidores durante todo o ano. Os mercados tendem a ser próximos uns dos outros, e os consumidores têm mais opções dos lugares onde podem adquirir seus alimentos. À semelhança do que acontece nos sistemas alimentares mistos, existe uma grande variação nos preços dos alimentos, sobretudo, em relação aos produtos frescos, sendo mais caros do que a maioria dos alimentos embalados. No entanto, o custo relativo das commodities, em comparação com os alimentos básicos é menor do que nos sistemas alimentares tradicionais. Ao mesmo tempo, os produtos orgânicos e locais tendem a ser mais caros, incluindo os alimentos embalados e os preparados em restaurantes, geralmente de luxo. As regulamentações são fortes, permitindo um controle rigoroso da qualidade e segurança dos alimentos. Dessa maneira, nesses sistemas alimentares abundam alimentos, especialmente os ultraprocessados. Sabe-se que esses tipos de alimentos estão associados ao risco para a prevalência de obesidade. No entanto, a questão da renda e da educação podem ser as variáveis que tornam as pessoas mais conscientes da relação entre dieta, nutrição e saúde. Aliás, nesses sistemas, tem sido comum a presença de rótulos com informações nutricionais nos produtos alimentares⁵⁶.

As tipologias de sistemas alimentares são importantes, na medida em que ilustram a complexidade dos sistemas alimentares, e permitem que pesquisadores e formuladores de políticas públicas considerem a diversidade de sistemas, na elaboração de políticas públicas, permitindo assim, intervenções adequadas e contextualizadas⁵⁸.

Como pode-se depreender, os sistemas alimentares vão além da produção, cobrindo toda a cadeia de abastecimento alimentar e aspectos relacionados aos ambientes alimentares. Portanto, a tipologia do sistema alimentar aqui descrita ilustra a complexidade e diversidade dos problemas e desafios enfrentados pelos sistemas, onde para a identificação dos pontos fortes e fracos, assim como, dos desafios e oportunidades enfrentados por cada um deles têm-se tornado relevantes os estudos dos ambientes alimentares⁵⁵. Portanto, a compreensão dos sistemas alimentares e de

como influenciam os ambientes alimentares é fundamental para entender como as dietas podem mudar ou influenciar o estado nutricional, sobretudo das crianças. Nessa perspectiva, passamos a apresentar os principais aspectos relacionados aos ambientes alimentares.

1.8. Ambientes alimentares

Os ambientes alimentares são definidos pela variedade de alimentos nos diversos lugares onde as pessoas podem comprar e consumir os alimentos. Eles podem apresentar-se em abundância ou não, e os preços podem variar mediante vários fatores, incluindo a disponibilidade⁵⁹.

Os ambientes alimentares servem como interface para mediar a aquisição de alimentos pelas pessoas dentro do sistema alimentar mais amplo. Vale lembrar que, para muitas comunidades rurais, o ambiente alimentar consiste nos alimentos que elas próprias produzem e compram nos seus mercados locais. Enquanto para outras comunidades, o ambiente alimentar é mais global, com locais cada vez mais interligados, nos contextos regional e internacional⁶⁰. Dessa maneira, tem sido recorrentemente usada a definição do ambiente alimentar como sendo o contexto físico, econômico, político e sociocultural onde os consumidores encontram-se conectados ao sistema alimentar para tomar suas decisões sobre como adquirir, preparar e consumir alimentos⁵⁷. Há décadas atrás, a maioria dos alimentos era cultivada para o consumo doméstico por pequenos produtores no meio rural. Além disso, os alimentos também eram comprados em pequenos mercados locais. Entretanto, presentemente, uma proporção maior dos alimentos comprados pelos consumidores percorre distâncias enormes⁵⁶. Por isso, tem havido um interesse cada vez mais crescente sobre como os alimentos e o ambiente alimentar afetam o estado nutricional de indivíduos⁶⁰. Porém, importa notar que, a maior parte dos estudos tem sido realizados em países desenvolvidos, os quais restringem-se, essencialmente à necessidade de melhoria nos ambientes obesogênicos⁵⁵.

Para melhores resultados de ambientes alimentares no estado nutricional, vários outros aspectos entram como condicionantes, como por exemplo, a higienização e acesso à água potável. Sabe-se que, os alimentos quando consumidos em condições de deficiência higiênicossanitária pode-se provocar várias doenças, destacando-se as de origem gastro-intestinais, o que coloca os indivíduos em risco de vida, além de outras doenças que podem provocar má absorção de nutrientes e, conseqüentemente prejudicar o seu estado nutricional⁵⁵. Alguns estudos realizados evidenciam esse fato, ao encontrar um percentual elevado de nanismo, associado a episódios frequentes de diarreias⁵⁵.

Neste sentido, ao falar sobre os ambientes alimentares, normalmente remetem-nos a pelo menos quatro aspectos fundamentais, nomeadamente: pontos de entrada de alimentos ou os espaços físicos onde eles são comercializados ou obtidos; recursos e infraestruturas do ambiente construído que permitem aos consumidores acessar esses espaços; determinantes pessoais e ou sociais das escolhas alimentares do consumidor, incluindo a renda, educação, valores, cultura, etc.; e as normas políticas, sociais e culturais que sustentam essas interações. Daí que, pode-se dizer que, os ambientes alimentares têm potencial para influenciar a forma como as pessoas acessam, preparam e consomem os alimentos^{62,63}, permitindo que sejam feitas escolhas alimentares, mediante a aceitabilidade dos alimentos⁶⁴ e de condições, como o acesso físico e econômico aos alimentos (proximidade e acessibilidade); promoção de alimentos, publicidade e informação; e qualidade e segurança dos alimentos^{64,65,66}. Enquanto os ambientes alimentares não saudáveis promovem as escolhas alimentares não saudáveis, através de marketing e publicidades enganosas, colocação de produtos alimentares não saudáveis, preços, políticas e embalagens. Ou seja, os ambientes alimentares podem ser transformados para o que se considerar conveniente para as ações capitalistas⁶⁷.

Assim, para a promoção e manutenção de ambientes alimentares saudáveis, a produção diversificada de alimentos tem sido apontada como um dos contribuintes, apesar de se reconhecer que ela por si só não garante o acesso aos alimentos pelas populações. Ou seja, independentemente da disponibilidade de alimentos ou

fornecimento adequado de alimentos não é em si a garantia da SAN, pois o acesso ao alimento, no seu duplo sentido, acesso físico e econômico, pode aumentar e desempenhar um papel preponderante na prevenção e combate à desnutrição⁶⁸. Aliás, vários outros fatores intervêm na equação, sendo alguns de ordem econômica e política⁵⁵.

Estudo sobre o impacto da mudança do ambiente alimentar nas práticas dietéticas em populações de comunidades canadenses indicou que foram considerados mais saudáveis pelas comunidades, os alimentos tradicionalmente adquiridos através da caça e coleta. Como barreiras para a alimentação saudável foram apontadas as fracas habilidades de preparo de alimentos. Além de sugerir-se que o processo inerente ao fornecimento de produtos alimentares aos mercados locais, sobretudo os frescos, que durante o seu longo trajeto até ao local, num contexto de condições climáticas adversas, perdem a qualidade, sofrendo deterioração. Esse mesmo estudo aponta a intervenção para a redução do risco de doenças crônicas e melhoria da adequação da dieta entre as comunidades, como sendo eficaz para o suporte às modificações de comportamento individual decorrentes da mudança do ambiente alimentar⁶¹.

Em suma, os ambientes alimentares são importantes, na medida em que determinam a escolha do consumo alimentar e, também são influenciados pelos sistemas alimentares que os abastecem, numa relação de reciprocidade⁵⁵. Abrangem pessoas, instituições, atividades ambientais, sócio-políticas e econômicas que intervêm em toda a cadeia produtiva, podendo ser moldados pela cultura, valores, crenças e preferências dos consumidores⁶⁰. Daí que, passamos a apresentar alguns aspectos relacionados essa dicotomia entre alimentação e cultura.

1.9. Alimentação e cultura

A alimentação é imprescindível à vida e à sobrevivência humana, por isso é considerada uma necessidade básica e um direito humano. Ela é moldada pela cultura e sofre os efeitos da organização e da distribuição da riqueza na sociedade. As

escolhas alimentares não são reguladas apenas pelo fator econômico, pois incluem a aprendizagem do que se come, que é intrínseca à cada classe social⁶⁹. Assim, não comemos apenas quantidades de nutrientes e calorias para a manutenção do funcionamento adequado do nosso organismo, pois o comer envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais. Ou seja, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, e todos esses aspectos são matéria cultural, para que sejam comidos ou comestíveis. Apesar das pressões do setor produtivo, nas decisões dos consumidores, a cultura, em um sentido mais amplo, molda a seleção alimentar, e as escolhas alimentares são inculcadas muito cedo, desde a infância, pelas sensações tácteis, gustativas e olfactivas sobre o que se come⁶⁹.

Um estudo realizado em Moçambique sobre a eficácia de políticas públicas na SAN, em que famílias rurais foram estimuladas a produzir e consumir a batata-doce de polpa alaranjada, como estratégia de mitigação e prevenção da desnutrição, constatou correlação positiva, ou seja, houve decréscimo no número de mortes por desnutrição e doenças endêmicas, quando consumido o tubérculo, que apresenta alto valor nutritivo. Porém, há elementos que constituem barreira para a permanência e sustentabilidade dessa iniciativa, nomeadamente: a conexão que os indivíduos fazem com o sofrimento vivenciado durante a colonização, pois, trata-se de uma cultura trazida pelos portugueses, que se destinava ao consumo de animais, e sua valorização, pelas famílias, tem sido percebida como sendo um sinal de desrespeito aos ancestrais que foram vitimados durante aquele período. Daí que sua aceitação é feita com restrições pela população, ignorando-se sua utilização no combate à inSAN. Esse contexto favorece que se faça análise aprofundada das interfaces entre a cultura alimentar e SAN, para proporcionar reflexões e sugestões de como elas se conformam com as práticas alimentares introduzidas⁷⁰.

O resultado do referido estudo reforçou a ideia de que é possível controlar a situação de inSAN, através da produção local. Porém, é importante que sejam consideradas questões sociais, culturais ou étnicas associadas às trajetórias das famílias e padrões alimentares historicamente estabelecidos, e não limitar-se, apenas,

a critérios nutricionais ou de outros ganhos decorrentes do cultivo ou consumo de culturas alimentares⁷⁰.

O comportamento alimentar apresenta-se como sendo complexo, incluindo determinantes externos e internos aos indivíduos. O acesso no meio urbano é determinado por diversos fatores, incluindo estruturas políticas, econômica, social, agrícola e agrária. E, as práticas alimentares, por sua vez, estabelecidas pela condição de classe social, engendram determinantes culturais e psicossociais⁷¹.

A produção e reprodução de crenças alimentares são consideradas as bases de identidade sociocultural e interação de diversas maneiras. Assim, as tradições e novos padrões alimentares afetam a nutrição. A comida é cultura⁷². Não comemos apenas o que encontramos na natureza, mas também criamos nosso próprio alimento, quando preparado, pois este processo implica uma transformação dos produtos-base da alimentação, uma vez que selecionamos o que comer, mesmo podendo comer de tudo, de acordo com variados critérios, incluindo culturais e histórico⁷³. O comer é uma ação concreta de incorporação tanto de alimentos como de seus significados, permeada por trocas simbólicas envolvendo variados elementos e associações capazes de expressar e consolidar a posição de um agente social em suas relações cotidianas⁷⁴.

Da mesma maneira, a SAN trata-se de uma experiência vivenciada pelos sujeitos, famílias e comunidades, já que a SAN é fortemente determinada pelas condições sociais e econômicas, onde esses atores podem estar submetidos. Assim sendo, os mais pobres experimentam restrição de acesso aos alimentos em graus diferentes, podendo chegar a conviver com a fome, em termos episódicos ou permanentes, restrita a poucos ou endemicamente distribuída⁷⁵.

Feito isso, para encerrarmos essa parte, desencadearemos uma breve discussão conceitual sobre a SAN, concentrando-nos, num primeiro momento, nas suas quatro dimensões: disponibilidade do alimento; acesso (físico e econômico) ao alimento; utilização dos nutrientes; estabilidade de disponibilidade, acesso e utilização do alimento⁷⁵. Sabe-se que, para a realização da SAN torna-se necessário garantir, em primeiro lugar a disponibilidade de alimentos. Para tanto, as políticas públicas

podem desempenhar um papel fundamental, a par das condições que garantam produção suficiente, de qualidade nutricional adequada, aceitabilidade cultural e obtidos de maneira socialmente aceitável, como por exemplo, por meio da produção para consumo próprio, compra, caça ou troca. Trata-se de uma dimensão complexa⁷⁵.

O uso/utilização entende-se como sendo o aproveitamento biológico efetivo dos alimentos, influenciado pelas condições de saúde, como por exemplo as morbidades crônicas, agudas ou infecciosas. Trata-se de uma dimensão que tem a ver com a segurança microbiológica do alimento, ou seja, a sua contaminação por agentes físicos e químicos, com repercussão na segurança alimentar, particularmente devido a sua interferência no aproveitamento biológico dos nutrientes⁷⁵. Vale também destacar que o uso biológico dos alimentos pode também ser influenciado pelo conhecimento sobre o teor nutricional dos alimentos, pela cultura, pelas escolhas e hábitos alimentares, e pelo papel social da alimentação na família e na comunidade⁷⁵.

A estabilidade se refere ao elemento temporal das três dimensões mencionadas (disponibilidade, acesso e uso). Ou seja, problemas que afetam essas três dimensões podem ser crônicos, sazonais ou transitórios, e têm implicações importantes para a definição de ações pertinentes às estratégias adotadas pelas famílias e às políticas públicas⁷⁵.

Mais recentemente, a FAO acrescenta a essas dimensões, a agência e a sustentabilidade⁷⁶. Agência se refere à capacidade de indivíduos ou grupos para tomar suas próprias decisões sobre quais alimentos eles comem, quais alimentos eles produzem, como esse alimento é produzido, processado e distribuído dentro dos sistemas alimentares, e sua capacidade de se envolver em processos relacionados às políticas públicas capazes de fortalecer os sistemas alimentares. Enquanto a sustentabilidade refere-se à capacidade de os sistemas alimentares garantir a SAN de maneira que não comprometam os aspectos econômicos, sociais e ambientais que garantam a SAN das futuras gerações⁷⁶.

2. Percorso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa transversal de abordagem quali-quantitativa^{77,78,79,80}, que visa compreender como o sistema alimentar interfere nas práticas alimentares, ações cooperativas e programas de prevenção e combate à desnutrição infantil nas comunidades rurais de Sussundenga, província de Manica. Para a coleta de dados baseou-se em entrevistas semi-estruturadas⁷⁸, Escore de Diversidade Dietética⁸², observação sistemática, anotações nos diários de campo e mapa falante⁸³.

O mapa falante é uma construção realizada pelos participantes, onde a partir de suas reflexões e sua criatividade desenvolvem suas percepções, ideias, crenças e entendimentos em torno do fenômeno em estudo, dos seus contextos, reunindo um conjunto de imagens, desenhos, palavras, fotos, ou outras ferramentas ilustrativas que refletem a realidade vivida, descrevendo os recursos da comunidade⁸⁴. É considerado um importante instrumento para fazer uma leitura de determinada realidade a partir de suas diversas dimensões. Na sua construção, os participantes fazem uma representação coletiva de como percebem determinado fenômeno, situação ou território⁸³.

Desenvolvemos essa pesquisa, essencialmente à luz do referencial que se propõe a uma compreensão particular e profunda dos fenômenos sociais. Nossa proposta foi trabalhar com base nos pressupostos da pesquisa social, onde se refletem aspectos do desenvolvimento e da dinâmica social, assim como preocupações e interesses de classes e grupos⁸⁴.

Os sujeitos da pesquisa foram agrupados, onde no primeiro grupo designado Informantes-Chave (IC), integraram profissionais e gestores dos setores da Saúde, Género e Ação Social; de Atividades Econômicas; e de Educação e Tecnologia, todos atuantes no Distrito de Sussundenga e que atenderam a pelo menos um dos critérios: Ser responsável por um dos sectores citados ou funcionário que atua nas comunidades, na promoção do desenvolvimento local, na prevenção e mitigação da desnutrição infantil, ser nutricionista, Agente Comunitário de Saúde (ACS), ser professor (a) da Escola Primária Completa de Munhinga (EPCM) que participe da

promoção ou se tenha beneficiado de capacitação em Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Para o segundo grupo, foram chamados de Informantes Secundários (IS), sujeitos que atenderam a pelo menos um dos critérios: ser membro de uma Associação ou Cooperativa de Agricultores locais, pertencer ao Comité de Saúde local, ser representante de Instituições privadas de financiamento do agronegócio, ser proprietário de pequenas lojas nos mercados locais, fazer parte do grupo de mães cuidadoras e mentoras, e ser líder comunitário. Para o terceiro e último grupo, foram chamados Informantes Básicos (IB), sujeitos que atenderam a pelo menos um dos critérios: ser mãe que tenha uma criança menor de cinco anos e outra frequentando a 1ª série na EPCM, e que resida numa das comunidades da localidade de Munhinga. Neste grupo, foram entrevistadas 131 mães. Ao todo, contabilizando o número total de sujeitos entrevistados foi 205, conforme o quadro 1. Além da participação de mais 143 pessoas nas atividades de partilha de informação sobre a EAN na comunidade de Chidowa, em Munhinga, Sussundenga.

Quadro 1: Grupos de pessoas que participaram da pesquisa: proveniência, designação e observação, do distrito de Sussundenga, província de Manica, Moçambique, 2019.

Proveniência	Designação	Observação
Administração do Distrito de Sussundenga	Secretário Permanente	Gestor: Responsável pela coordenação de recursos Humanos do Distrito. Foi o ponto de partida
Serviços distritais de Género e Ação social	Diretora distrital dos Serviços Médico chefe Três nutricionistas; Responsável pelo sector de Ação Social do Distrito Diretor do Centro de Saúde de Munhinga Presidente do Comité de Saúde Mães mentoras (4) Mães cuidadoras (3)	Gestora

Serviços Distritais de Atividades Económicas	Diretor dos Serviços Chefe do departamento de Agricultura; Chefe da secção de comércio; Responsável pelo setor de Piscicultura; Chefe da extensão Agrária Extensionista	Gestor
Serviços Distritais de Educação e Tecnologia	Diretor distrital-substituto Diretor Pedagógico da EPCM Professores (3)	Gestor
Serviços distritais de Planeamento e Infraestruturas	Chefe do Departamento de Saneamento	
Localidade de Munhinga (Posto Administrativo de Sussundenga Sede)	Chefe da localidade; Chefe da secretaria Líderes comunitários (3)	
Cooperativas e Associação de Agricultores	Líderes da Associação Ûmue (2) Líderes da Associação Agropecuária de Mohoa (2) e membros (20) Presidente da Associação Mudzimae Nebudiriro	
Agência de financiamento	Responsável distrital do GAPI	
Comunidade (Munhinga)	Mães de escolares (131)	
Lojistas	Proprietários de lojas (15)	
Agricultor de referência	1	Foi considerado o melhor agricultor da província, pelo governo
Total	205	Entrevistados
	143	Participação de 143 pessoas (mulheres, crianças e idosos)

Importa frisar que os IC foram selecionados por meio dos gestores identificados no quadro 1. Com o apoio de líderes locais de Munhinga, foi possível chegar-se a uma mulher com forte inserção nas comunidades locais, ora designada mulher da comunidade (MC), que juntou-se ao pesquisador, para a concretização da coleta de dados aos IB, através de indicação de domicílios das mães de escolares envolvidas.

A coleta de dados aos IB consistiu em entrevista semi-estruturada, contemplando o Escore de Diversidade Dietética (DDS) da FAO⁸² e mapa-falante⁸³, conduzidos pelo pesquisador, com o apoio da MC, que auxiliava na tradução das falas em Português para a língua local (Chitewe) e vice-versa.

As entrevistas tiveram lugar de acordo com a disponibilidade dos informantes. Para o caso dos IC, elas decorriam nas instalações onde funciona cada um dos setores, num ambiente sereno e só entre o pesquisador e os entrevistados, conforme o acordo previamente estabelecido entre as partes. As entrevistas levavam em média uma hora e trinta minutos, e eram gravadas. Os IC foram convidados a elencar os setores de Administração Pública que tratam da prevenção e combate à desnutrição infantil no distrito de Sussundenga, os principais indicadores de saúde, o abastecimento de água, os efeitos do ciclone Idai na cadeia produtiva, os sistemas públicos de distribuição e acesso aos alimentos, órgãos de fiscalização, regulação, controle e monitoramento de preços de alimentos, programas e projetos de emprego e geração de renda, produção de alimentos, sistema de registro de informação sobre o estado nutricional e o capital humano que se beneficiou da capacitação sobre a EAN, bem como a caracterização das comunidades. Por sua vez, os IS foram convidados a relatar a história das comunidades, os hábitos alimentares, as principais transformações, além das suas percepções sobre os fatores associados à prevalência da desnutrição infantil em Munhinga, Sussundenga.

Neste contexto, os IB foram convidados a falar sobre as suas características sócio-demográficas, a utilização do quintal, disponibilidade, a utilização e estabilidade de alimentos, incluindo as perdas antes e depois do ciclone, a percepção sobre a qualidade de alimentos, os modos de cultivo e as principais mudanças havidas ao longo do tempo, percepção e partilha de informação sobre a desnutrição e a EAN,

amamentação e aleitamento exclusivo, hábitos tradicionais e o consumo de alimentos (diversidade dietética).

Antecedendo ao trabalho de campo, em outubro de 2018, dois pesquisadores experientes deslocaram-se ao Distrito para manter os primeiros contatos com as autoridades locais, nutricionista e alguns professores, com vista a informar-se sobre a viabilidade de realização do estudo. Assim, em maio de 2019, antes de se iniciar com a pesquisa, foram realizadas 22 entrevistas piloto com as mulheres das comunidades de Munhinga, com vista a verificar-se à adequação da estratégia de coleta. Em seguida, foi feita a coleta de dados para todos os envolvidos, conforme o quadro 1, continuamente, até ao mês de outubro do mesmo ano.

Todas as gravações foram transcritas e complementadas com os registros de diário de Campo. Os dados referentes aos documentos consultados seguiram a ordenação e sistematização das leituras de documentos⁸⁵, como o Programa de Reabilitação Nutricional (PRN)⁸⁵, livros de alunos e de professores da 1ª a 7ª séries, Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020⁴³, manuais da FAO para formação de mães cuidadoras e de Facilitação de Práticas Agrárias e de habilidades para a Vida⁸⁷, anotações das observações realizadas, durante a pesquisa de campo e a consequente síntese das entrevistas por cada grupo pesquisado.

A classificação dos dados⁸⁸ foi feita através da identificação de fatos relevantes nas comunidades, tanto através das entrevistas, observação, relatos de líderes comunitários, que permitiram a disposição da informação em categorias. Para a análise final, se estabeleceu a articulação entre os dados coletados e o referencial teórico da pesquisa, com vista a se encontrar os fundamentos às questões e objetivos propostos⁸⁹. Embora na ordenação e classificação dos dados a teoria estivesse sempre presente, foi na fase de análise dos dados que se trabalhou com maior intensidade nas informações coletadas com base no referencial escolhido, onde ocorreu o verdadeiro momento dialético através do movimento contínuo entre o concreto e o abstrato, e entre o particular e o geral, com vista ao alcance da realidade⁹⁰.

Para o efeito, como referencial teórico utilizou-se a abordagem dialética, a qual contempla o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior do sujeito, assim como as representações sociais que traduzem os significados. A dialética pensa a relação das quantidades como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Ela procura encontrar a compreensão e a relação com o todo, bem como a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos⁸⁴, e considera o fenômeno ou processo social como fundamental para que sejam entendidos nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Para tanto, faz-se necessário trabalhar com a complexidade, especificidade e diferenciações que os problemas e ou objetos sociais apresentam⁸⁴.

Para a análise de dados utilizou-se o método hermenêutico-dialético⁸⁴. Nesse método a fala dos atores sociais situa-se em seu contexto para melhor ser compreendida, tendo como ponto de partida, o interior da fala. Nesse sentido, podem-se destacar dois pressupostos, sendo o primeiro referente à ideia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção de conhecimento, e o segundo se refere ao fato de a ciência construir-se numa relação dinâmica entre a razão dos que a praticam e a experiência decorrente da realidade prática⁸⁴.

Vale lembrar que, etimologicamente a hermenêutica apresenta diferentes significados, entre os quais “interpretar”, “traduzir”, “proclamar”, “fazer compreender”⁸⁰. E, especula-se que ela tenha origem na Grécia antiga, onde inicialmente era empregada com objetivo de chegar-se à compreensão e preservação da poesia grega clássica. Posteriormente passou a ser utilizada no âmbito religioso, especificamente pelo judaísmo e cristianismo para a interpretação das Sagradas Escrituras, facilitando o processo de interpretação⁹¹. A dialética, por sua vez, também, especula-se, que tenha a mesma origem da hermenêutica, especificamente a partir da controvérsia entre Heráclito que concebia o mundo como sendo mutável, onde tudo se transforma no seu contrário, sendo a mudança e a contradição a essência das coisas, e Parmênides que entendia a contradição como apenas a aparência. Foi na tentativa de fazer-se a conciliação entre esses dois pensamentos que Platão e Aristóteles elaboraram o conceito clássico de dialética⁹², um processo em que existem diálogos, críticas,

análises, construções e reconstruções coletivas, que permite que se chegue ao mais próximo da realidade⁸⁵.

Ao apontar a perspectiva hermenêutico-dialética⁹³, Minayo quer sinalizar o caminho do pensamento, na medida em que contempla questões, quais sejam “como fazer” e “como pensar” a análise dos dados⁹⁴, conferindo a possibilidade de a hermenêutica fazer a interpretação dos sentidos que os sujeitos elaboram em seus discursos, combinando a compreensão de tais sentidos, diante das contradições que se apresentam, por meio da lógica dialética⁹⁵. E, quanto aos procedimentos, ela baseia-se em dois movimentos, nomeadamente: o gramatical e o psicológico, onde o primeiro consiste na análise do discurso, no uso das palavras, nos conceitos. Enquanto o segundo, transcende o sentido objetivo das palavras, e acontece quando o responsável em fazer a interpretação se propõe a reconstruir as intenções do sujeito que proferiu as palavras. Essas duas dimensões evidenciam a visão hermenêutica segundo a qual existe uma conexão entre o pensamento e a linguagem⁹⁴.

Para melhor compreensão, a seguir apresenta-se a síntese dessa perspectiva metodológica e teórica, destacando-se três níveis, nomeadamente: determinações fundamentais, interpretação, e encontro com os fatos empíricos⁹⁶.

No nível das determinações fundamentais é onde se situa a fase exploratória da investigação. Trata-se do contexto sócio-histórico dos grupos sociais, e assume importância como sendo o marco teórico para a análise. No nível de interpretação, atendendo a complexidade e abrangência dos participantes da pesquisa, foi feita uma pré-análise de dados iniciais, obtidos no estudo piloto, cujos resultados permitiram fazer um relatório inicial, com base nos pontos de vista de cada grupo de entrevistado (IC e IB). E, finalmente, no nível de encontro com os fatos empíricos, possibilitou o estudo da realidade em toda a sua dinâmica e com a devida profundidade⁹⁶.

Os dados foram coletados nos Postos Administrativos de Sussundenga Sede (envolvendo gestores, duas Associações e as mães de escolares, na localidade de Munhiinga) e Mohoa (envolvendo as restantes organizações associativas).

2.1. Escore de Diversidade Dietética (DDS)

Para a tabulação do Escore de Diversidade Dietética foi feita a combinação de grupos de vegetais e fruta, constituindo dois grupos de alimentos, ou seja, um grupo referente aos vegetais e outro representando as frutas. Por essa razão os 16 grupos de alimentos concebidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura passaram para 12, conformando-se ao que estabelece a Assistência Técnica Alimentar e Nutricional da Organização das Nações Unidas (FANTA)⁹⁷. Neste contexto, a tabulação do DDS foi feita através de banco de dados e planilha no *Microsoft Excel*, e foi calculado para cada um dos agregados familiares envolvidos.

O quadro 2, a seguir, sumariza o caminho que se percorreu para o cálculo do DDS, tanto para o DDS médio quanto o DDS.

Quadro 2: Fórmula para a tabulação de Escore de Diversidade Dietética ao nível domiciliar, segundo a Aliança Técnica para Nutrição da Organização das Nações Unidas (2006).

DDS (0-12)	Número total de grupos de alimentos consumidos por membros da família
	Aos valores de A a L foram “0” ou “1”
	Soma (A + B + C + D + E + F + G + H + I + J + K + L)
DDS (médio)	$DDS \text{ (médio)} = \frac{\text{Soma (DDS)}}{\text{Nr. total de famílias}}$

No quadro 2, apresenta-se a fórmula para o cálculo do DDS que refere-se ao somatório dos grupos de alimentos presentes, conforme o caso. Enquanto o DDS médio para a população da amostra é calculado com base na soma dos grupos alimentares, seguido da divisão pelo número total de agregados familiares entrevistados. Assim, quanto maior o número de grupos de alimentos consumidos, melhor a qualidade da dieta. Este é o indicador mais significativo do que simplesmente a soma de alimentos, evita a indução para aparente diversidade dietética, por exemplo, nos casos em que os alimentos pertençam ao mesmo grupo⁹⁷.

Para o cálculo do DDS tem sido considerados 12 grupos de alimentos, conforme estabelece a Aliança Técnica para Nutrição da Organização das Nações Unidas⁹⁰, e se apresenta no quadro 3.

Quadro 3: Grupos de alimentos para o cálculo da Diversidade Dietética, de acordo com a Assistência Técnica Alimentar e Nutricional (FANTA) (2006).

A. Cereais	G. Peixes e frutos do mar
B. Raízes e tubérculos	H. Leguminosas/nozes
C. Legumes	I. Leite e produtos láteos
D. Frutas	J. óleo/ gorduras
E. Carne, aves, miudezas	K. Açúcar/ mel
F. Ovos	L. Diversos

Vale lembrar que para a obtenção de dados relativos ao DDS, recorreu-se às mães de escolares, por serem elas as responsáveis pelo preparo de alimentação na família, e assim estariam em melhores condições de responder por outros membros do agregado familiar.

Considerações gerais

O ciclone Idai constituiu oportunidade para estudarmos o sistema alimentar pós-ocorrência de um evento climático. Lembrar que na altura da passagem deste evento, o pesquisador não estava em Moçambique. Antes, tudo era baseado no que se ouvia dizer pelos diferentes meios de comunicação. Assim, ter chegado em Sussundenga e ver o estado em que ficaram as benfeitorias e campos de cultivo, foi suficiente para imaginar o quanto o ciclone Idai foi aterrorizador. Seus efeitos se fizeram sentir sobre a produção, na sua maioria proveniente da agricultura familiar e de subsistência, e em resultado disso, houve também redução na disponibilidade e no acesso aos alimentos.

Ainda olhando para os resultados desse tipo de agricultura, pode-se concordar com a ideia de que alguns dos programas que o país adotou, como a Revolução Verde, da forma como evoluiu, podem estar trazendo mais malefícios que benefícios para a agricultura, pois atendem exclusivamente a um sistema alimentar de escala industrial.

Os ambientes alimentares, devido às condições higiênicossanitárias, aliados ao acesso à água (inexistência de água encanada) contribuem para a ocorrência de doenças, incluindo a diarreia, que podem levar à desnutrição, e de forma geral, podem afetar a segurança alimentar e nutricional das famílias.

O tamanho das áreas produtivas não é uniforme. As pessoas nativas, no geral têm maiores extensões de terra. A qualidade do solo é tida como propícia para a prática de agricultura, embora devido a queimadas descontroladas e uso de fertilizantes químicos, agravadas pela ocorrência do ciclone, podem estar prejudicando

o solo. Essa relação com o ecossistema (queimadas) pode estar contribuindo também para o escasseamento de animais que antes estavam disponíveis para a caça.

Os agregados familiares vivendo em vulnerabilidade à insegurança alimentar tiveram piora na sua situação de vulnerabilidade, tendo originado a presença de fome. A problemática em torno das questões de gênero, particularmente o patriarcado pode estar contribuindo para a fraca presença de mulheres nas ações cooperativas. Ademais, as organizações sociais funcionam em meio a fragilidades, a nível material e de capital humano.

Da análise de atividades de trabalho em rede, as ações e programas visando a prevenção e combate à desnutrição não estão contemplando a questão do envolvimento comunitário de forma efetiva. Igualmente há necessidade de o setor responsável pela coordenação dessas ações fazer-se mais próximo e presente junto ao território.

Referências bibliográficas

1. Rotemberg S, Vargas S. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. **Rev. Bras. Matern. Infant.** Recife, v. 4, n.1, p- 85-94, 2004.
2. Stevens GA, Finuance MF, Paciorek CJ, Flaxman SR, White AR, Donner AJ, Ezzati M. "Trends in mild, moderate, and severe stunting and underweight, and progress towards MDG 1 in 141 developing countries: a systematic analysis of population representative data." **Lancet**, n. 380, p. 824–834, 2012.
3. Benson, Todd. "Cross-sectoral Coordination Failure: How Significant a Constraint in National Efforts to Tackle Malnutrition in Africa?". **Food and Nutrition Bulletin** 28, n. 2 Suppl, p. 323–330, 2007.
4. Governo da República de Moçambique. **Constituição da República**. Maputo, 2018. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Legislacao/Constituicao-da-Republica-de-Mocambique>. Acesso em 7 julho 2020.
5. PINTEREST. s/d. Geograph map. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/542120873870970259/>.

6. Azambuja D. Teoria Geral do Estado. **Globo**, Rio de Janeiro, 2008.
7. INE (Instituto Nacional de Estatística). **Censo Geral da População**, Maputo, 2017.
8. Fox ML. Beating the Odds: Sustaining Inclusion in Mozambique's Growing Economy (Directions in Development). Washington, D.C., **World Bank Publications**, 2008.
9. ADBG (African Development Bank Group). "Republic of Mozambique: Country Strategy Paper 2011-2015." **African Development Bank**, 2011. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/PolicyDocuments/Mozambique%20-%202011-15%20CSP.pdf>. Acesso em 4 julho 2020.
10. Arndt C, Tarp F, Jensen HT, Robinson S, Heltberg. R Facing the Development Challenge in Mozambique - an economywide perspective Research Report. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 2002.
11. Governo da República de Moçambique. Conselho de Ministros. **Plano director para a redução do risco de desastres 2017-2030**. Maputo, 2017.
12. Nicolau QC. Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: do estado estruturante ao liberalismo econômico. Jaboticabal – UNESP/FCAV. (Dissertação de Mestrado), 2008.
13. Langa JMRC. Análise de impactos da produção de alternativas agroenergeticas em Moçambique: o caso da província de Manica. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Programa de Pós-Graduação em Geografia (dissertação de mestrado), 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/12/ms/langa.pdf. Acesso em: 10 julho 2020.
14. Altuna RRA. **Cultura banto e cristianismo**. Luanda, editora Âncora, 1974.
15. Newit M. **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997.
16. UEM (Universidade Eduardo Mondlane). Departamento de História. História de Moçambique. Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores. Cadernos TEMPO, Maputo, v.1, 1982.
17. Arndt C, Tarp F, Jensen HT, Robinson S, Heltberg. R Facing the Development Challenge in Mozambique - an economywide perspective Research Report. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 2002.

18. Nicolau QC, Borges ACG, Souza JG. Cadeia produtiva avícola de corte de Moçambique: caracterização e competitividade. **Revista de ciências agrárias**, p. 180-196, 2011.
19. Silva TMC, Moçambique: um perfil. s/d. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#p1>. Acesso em: 5 julho 2020.
20. Mosca J. **Economia de Moçambique**: século XX. Lisboa, Instituto PIAGET, 2005.
21. Nicolau QC. Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: do estado estruturante ao liberalismo econômico. Jaboticabal – UNESP/FCAV. (Dissertação de Mestrado), 2008.
22. Hermele K. Moçambique numa encruzilhada: economia e política na era de ajustamento estrutural. Bergen: CHR Michelsen Institute, 1990.
23. Matos EAC. A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique. Porto Alegre: UFTGS/PPGEA. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29553/000777536.pdf>. Acesso em: 10 julho 2020.
24. Governo de Moçambique. PLANO DE ACÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA 2006-2009 (PARPA II). Conselho de Ministros. 02 maio 2006. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Documentos/Planos-e-Programas-de-Governacao/Plano-Economico-e-Social>. Acesso em 2 de agosto.
25. Banco Mundial. O relatório sobre o desenvolvimento em Moçambique. Maputo, Banco Mundial, 2013.
26. Almeida SA, Roffarello LM, Filipe M. Moçambique 2014. Maputo, OECD, 2014.
27. Shenga C, Pedro C, Muendane E. Perspectiva Multidimensional da Experiência da Pobreza em Moçambique, 2002-2012. Afrobarometer, 2013.
28. Decreto-Lei n. 5/75 de 19 de agosto de 1975. Nacionalização das clínicas privadas. Boletim da República, Maputo, I Série, n. 24, 1975.
29. Mitano F, Ventura CAA, Lima MCRAA, Balegamire JB, Palha PF. Direito à saúde: (in)congruência entre o arcabouço jurídico e o sistema de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.24, n.2679, 2016.

30. Lei n. 2/77 de 27 de Setembro. República de Moçambique. Criação de taxas de internamento hospitalar e possibilidade de atualização das mesmas. Boletim da República. I série, n. 24, 1977.
31. Lei n. 25/91 de 31 de dezembro. República de Moçambique. Criação do Serviço Nacional de Saúde. Boletim da República, Maputo, I Série, n. 54, 1991.
32. Silva BK, Bezerra AFB, Tanaka OY. Direito à Saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para a sua efetivação. **Interface Comun Saúde Educ**, v.16, n.40, p.59-249, 2012.
33. Lei n. 40/2004 de 18 de fevereiro. Regulamento geral dos hospitais. Boletim da República, Maputo, I Série, n. 7, 2004.
34. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Culturais. Assembleia Geral das Nações Unidas. 16 Dez 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 9 julho 2020.
35. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tradução oficial, United Nations High Commissioner For Human Rights Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 10 julho 2020.
36. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Culturais. Assembleia Geral das Nações Unidas. 16 Dez 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 9 julho 2020.
37. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tradução oficial, United Nations High Commissioner For Human Rights Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 10 julho 2020.
38. OUA (Organização da Unidade Africana). Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos. Abuja – Gâmbia, 1981. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 10 julho 2020.
39. INE (Instituto Nacional de Estatística), MISAU (Ministério da Saúde). Relatório Preliminar. Inquérito Demográfico e de Saúde. Maputo, 2011. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/PR14/PR14.pdf>. Acesso em: 8 julho 2020.

40. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Human Development Report 2015: work for human development. New York, PNUD, 2019
41. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Human Development Report 2015: work for human development. New York, PNUD, 2015.
42. O'langhlin O. O desafio de saúde Rural. In: Brito L. et al. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IES, p. 333-370. 2012.
43. PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020). Governo da república de Moçambique. Maputo. 201.
44. CRM (Constituição da República de Moçambique). 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso: 1 agosto 2020.
45. Toledo AP. PROSAVANA: INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (NORTE)-SUL-SUL iii encontro de internacionalização do conpedi – Madrid. Conpendi: Conselho Nacional e pós-graduação em Direito. Florianopolis, 2015.
46. Shankland A, Gonçalves E, Favareto A. Social movements, agrarian change and the contestation of ProSAVANA in Mozambique and Brazil, African Agriculture (CBAA) project work stream. 2016.
47. Mário, TV. STV Jornal da noite. 31 julho 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Yj4IRHKyeU>. Acesso em: 31 julho 2020.
48. Perin, Vanessa. O ProSavana: transferência de tecnologia agrícola para “repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás”. Disponível em: vento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Vanessa%20Parreira%20Perin%20-%201020644%20-%203956%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 30 nov 2020, s/d.
49. Aabo E, Kring T. The Political Economy of Large-Scale Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Livelihoods/Employment Creation in Rural Mozambique. Working for paper, regional for Africa, PNUD, 2012.
50. Mosca, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e política. Revista Nera, Dossiê, ano 20, nº. 38, p. 68-105, 2017.
51. CRM (Constituição da República de Moçambique). Maputo, 2018.

52. República de Moçambique. LEI DE TERRAS Lei nº 19/97 De 1 de Outubro, 1997, disponível em: https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf acesso em 31 julho 2020.
53. HLPE, 2014 (Painel de Alto Nível de Especialistas). Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2014.
54. Ericksen, P.J. What is the vulnerability of a food system to global environmental change? *Ecology and Society*, v.13, n.2, 2008.
55. FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Influencing food environments for healthy diets. Roma, 2016.
56. HLPE, 2020 (Painel de Especialistas de Alto Nível). Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2020.
57. HLPE (Painel de Especialistas de Alto Nível). Sustainable agricultural development for food security and nutrition: what roles for livestock? A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. HLPE report 10. Rome, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5795e.pdf>.
58. Ericksen PJ, Ingram JS, Liverman DM. Food security and global environmental change: emerging challenges. *Environmental Science & Policy*, v.12, n.4, p. 373-377, 2009.
59. Swinburn B, Kraak V, Rutter H, Vandevijvere S, Lobstein T. Strengthening of accountability systems to create healthy food environments and reduce global obesity. **The Lancet**, v. 385, n.9986, p. 2534–2545, 2015.
60. GLOPAN (Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition). Food systems and diets: Facing the challenges of the 21st century. London, GLOPAN. 2016.
61. Mead E, Gittelsohn J, Kratzmann M, Roache C, Sharma S. Impact of the changing food environment on dietary practices of an Inuit population in Arctic Canada. The British Dietetic Association Ltd. **J Hum Nutr Diet**, v. 23 Suppl., pp. 18–26, 2010.

62. Herforth A, Ahmed S. The food environment, its effects on dietary consumption, and potential for measurement within agriculture-nutrition interventions. **Food Security**, 2015.
63. Mozzafarian, D. Dietary and Policy Priorities for Cardiovascular Disease, Diabetes, and Obesity: A Comprehensive Review. **PMC**, v.133, n.2, p. 187–225 2017.
64. Caspi CE, Sorensen G, Subramanian SV, Kawach I. The local food environment and diet: A systematic review. **Health Place**, v.18, n.5, p.1172–1187, 2012.
65. Swinburn B, Dominich CH, Vandevijvere S. Benchmarking food environments: experts' assessments of policy gaps and priorities for the New Zealand government. Auckland: University of Auckland, 2014.
66. Hawkes C, Turner R, Waage J. Current and Planned Research on Agriculture for Improved Nutrition: A Mapping and a Gap Analysis. Report for the Department for International Development (DFID). London: Leverhulme Centre for Integrative Research on Agriculture and Health, 2012.
67. Moodie R, Stuckler D, Monteiro C, Sheron N, Neal B, e Thamarangsi T. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultraprocessed food and drink industries. **The Lancet**, n.381, p.670–679, 2013.
68. Glanz K, Sallis JF, Saelens BE, Frank LD. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American Journal of Health Promotion**, v.19, n.5, p.330–333, 2005.
69. Canesqui AM, Garcia RWD. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Antropologia e Saúde collection. 2005.
70. Menasche R, Mirasse JJ, Cruz FT. O lugar da cultura no debate sobre segurança alimentar e nutricional: um olhar a partir de Moçambique. **Vivências: Revista de Antropologia**, n. 54, p. 192-202, 2019.
71. Garcia RWD. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.16, n.4, p. 483-492, 2003.
72. Montanari M. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac, 2008.
73. Freitas MCS, Pena PGL. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 20, n. 1, 2007.

74. Carvalho MCSVS, Luz MT, Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p.155-163, 2011.
75. Taddei JA, Lang RMF, Longo-Silva G, Toloni MHdeA. Nutrição em Saúde pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.
76. HLPE (Painel de Especialistas de Alto Nível). Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2020.
77. Fererira CAL. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015.
78. Babour RS. Mixing qualitative methods: Quality assurance or qualitative quagmire? **Qualitative Health Research**, v.8, n.3, p. 352-361, 1998.
79. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
80. Creswell JW, Miller D L. Determining validity in qualitative inquiry. *Theory into Practice*, v. 39, n.3, p. 124-131, 2000.
81. Manzini EJ. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 10 julho 2020.
82. FAO (Organização das nações unidas para Agricultura e Alimentação). Guidelines for measuring household and individual dietary diversity. 2011.
83. Ferreira AL, Pereira MFW. O Mapa Falante como Instrumento do Processo Ensino-Aprendizado do Aluno de Medicina: Relato de Experiência. **Revista de Pediatria SOPERJ** - v. 14, n. 1, p. 29-32. 2013.
84. Minayo MCS. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. São Paulo: Editora Vozes, 1993.
85. Stein E. Dialética e Hermenêutica: uma controvérsia sobre método e filosofia. In: Dialética e Hermenêutica. (Jurgen Habermas). São Paulo: **L and PM**, p. 98-134, 1987.
86. MISAU (Ministério da Saúde). Manual de Tratamento e Reabilitação Nutricional Volume I: 0 aos 14 Anos. 2 ed. República de Moçambique, Ministério da Saúde, Departamento de Nutrição, 2018.

87. FAO (Organização das nações unidas para Agricultura e Alimentação). Manual de Facilitação de Práticas Agrárias e de Habilidades para a Vida. Guião Para Facilitadores. Projecto Celeiro da Vida. Disponível em: https://coin.fao.org/coin-static/cms/media/7/13449340829800/guio_de_facilitadores_final.pdf. Acesso em: 25 julho, 2020.
88. Ferreira CAL. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015.
89. Oliveira MM. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. **Interfaces Brasil/Canadá, Educação**, Porto Alegre, v.1, n.1, 2001.
90. Minayo MCS. O desafio do conhecimento. **Pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.
91. Coimbra F. **Hermenêutica: da gênese à reforma protestante**. Cadernos Zygmunt Bauman, Coimbra, v. 6, n. 11, 2016.
92. Chauí M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
93. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
94. Brito EO. Consciência histórica e hermenêutica: considerações de Gadamer acerca da teoria histórica de Dilthey. *Trans/Form/Ação*, v. 28, n. 2, p. 149-160, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29420.pdf>. Acesso em: 2 agosto 2020.
95. Cardoso MF, Santos ACB, Alloufa JML. Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. Rio de Janeiro, XXXVII Encontro ANPAD, 2013.
96. Oliveira MM. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. **Interfaces Brasil/Canadá, Educação**, Porto Alegre, v.1, n.1, 2001.
97. FANTA (Food and Nutritional Assistance Technical). Developing and Validating Simple Indicators of Dietary Quality and Energy Intake of Infants and Young Children in Developing Countries: Summary of findings from analysis of 10 data sets. Fhi 360, Washington, DC, 2006.

